



## Parecer Prévio 00116/2021-8 - Plenário

**Processos:** 02230/2020-1, 03307/2020-7, 03744/2018-7

**Classificação:** Recurso de Reconsideração

**UG:** PMC - Prefeitura Municipal de Colatina

**Relator:** Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

**Recorrente:** SERGIO MENEGUELLI

**Procuradores:** CARLOS ESTEVAN FIOROT MALACARNE (OAB: 12401-ES), FRANCISCO ADAO SILVA DE CARVALHO (CPF: 004.860.937-43), FRANK CORREA (CPF: 075.131.717-93), LEONARDO BARROS SOUZA (OAB: 9180-ES)

**RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM FACE DO PARECER PRÉVIO 00011/2020-4 – CRFB/1988 - LEI FEDERAL Nº 4.320/1964 - LEI FEDERAL 7.990/88 - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SEM A AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA CORRESPONDENTE - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR SEM A EXISTÊNCIA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CORRESPONDENTE - ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM MONTANTE SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI - INCONSISTÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL -**

**RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADO NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR, ATIVO FINANCEIRO, TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA) - NÃO RECONHECIMENTO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS RELACIONADAS AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO - CONHECER – NEGAR E DAR PROVIMENTO – REFORMAR O PARECER PRÉVIO TC 00011/2020-4 – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

1. Abertura de crédito adicional em descumprimento de dispositivos legais deve ser confrontada com o impacto real na despesa autorizada.
2. A utilização de recursos dos royalties em fins vedados em lei, quando constatados erros na apropriação das respectivas contas, estornados em exercícios posteriores, devem permanecer no campo da ressalva.
3. Divergências contábeis passíveis de estorno, devem ser avaliadas em face do seu vulto e não devem ter mais peso que os indicadores financeiros e econômicos alcançados pelo gestor, devendo permanecer no campo da ressalva.
4. Reconhecimento das Provisões Matemáticas Previdenciárias, mesmo quando providenciadas após a instrução processual, devem permanecer no campo da ressalva, devendo ser objeto de determinação e consequente monitoramento.

## O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

### I. RELATÓRIO

O Parecer Prévio nº 00011/2020-4 – 2ª Câmara, proferido no bojo do **Processo TC 037//2018-7**, recomendando a **REJEIÇÃO** do Executivo Municipal de Colatina, referente ao exercício de **2017**, de responsabilidade do Sr. **Sérgio Meneguelli**, foi objeto de **dois recursos**, um por parte do **Ministério Público de Contas** e outro por parte do Sr. **Sergio Meneguelli**.

Sendo assim, passo a **tratar individualmente e de forma subsequente** de ambos.

#### **Recurso de Reconsideração do Ministério Público de Contas:**

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público de Contas, na pessoa do Procurador de Contas Dr. Luciano Vieira, em face do **Parecer Prévio nº 00011/2020-4 – 2ª Câmara**, proferido no bojo do **Processo TC 03744/2018-7**, recomendando a **REJEIÇÃO** do Executivo Municipal de **Colatina**, referente ao exercício de **2017**, de responsabilidade do Sr. **Sérgio Meneguelli**, ampliando-se o rol de irregularidades nos seguintes termos:

#### IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas requer seja o presente recurso de reconsideração recebido, **conhecido** e provido para reformar o v. Parecer Prévio 00011/2020-4 – 2ª Câmara no sentido de se **reconhecer nas condutas** dispostas nos **itens 1.1** - Abertura de créditos suplementares em montante superior ao limite estabelecido na lei orçamentária anual, **1.2** - Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei, **1.3** - Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação pela exploração de petróleo e gás natural, **1.4** - Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (relação de restos a pagar, ativo financeiro, termo de verificação de caixa) e **1.5** - Não reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias relacionadas aos aposentados e pensionistas sob responsabilidade do município a **prática de graves violações** à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, mantendo a **recomendação** à Câmara Municipal de Colatina de **REJEIÇÃO** das contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2017, sob responsabilidade de **SERGIO MENEGUELLI**, na forma do art. 80, inciso III, da LC n. 621/2012 c/c art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, sem prejuízo da expedição da recomendação e das determinações propostas no

Parecer do Ministério Público de Contas 05506/2019-2 do Processo TC-03744/2018-7.

O presente recurso é **CONHECIDO**, nos termos da **Decisão Monocrática 00485/2020-9** (peça 05), além de determinada a **notificação** do Sr. **Sérgio Meneguelli**, para apresentação das contrarrazões recursais.

Em atenção ao **Termo de Notificação 00660/2020-4** (peça 06), o gestor apresentou a **Petição de Recurso 00145/2020-6** (peça 09), além de peças complementares (peças 10 e 11).

O **NCONTAS** – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade elabora a **Manifestação Técnica 03555/2020-6** (peça 15), **opinando** pelo seguinte:

#### **CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

A presente análise pautou-se no exame das razões apresentadas pelo Ministério Público Especial de Contas, em sede de Recurso de Reconsideração, bem como nas contrarrazões encaminhadas pelo gestor, regularmente chamado aos autos para tal.

Da análise, concluiu-se por manter as irregularidades dos itens abaixo relacionados, e por recomendar ao Poder Legislativo de Colatina a REJEIÇÃO da PCA de 2017, na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/2012, por infração à norma legal, propondo-se o provimento do recurso interposto pelo Ministério Público E. de Contas:

**Item 2.1 desta instrução - ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM MONTANTE SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (ITEM 4.1.1.1 do RT 561/18); Base legal: artigo 167, inciso V, da Constituição da República; artigos 42 e 85 da Lei Federal nº 4.320/1964; Por si só, passível de ressalvas.**

**ITEM 2.3 DESTA INSTRUÇÃO - INCONSISTÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (ITEM 4.3.2.1.2 DO RT 561/2018-4); BASE LEGAL: ARTIGOS 89, 90, 91, 100, 101, 102, 103 E 105 DA LEI 4320/1964;**

**ITEM 2.4 DESTA INSTRUÇÃO - RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADO NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR, ATIVO FINANCEIRO, TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA) (ITEM 6.1.1 DO RT 561/2018-4); BASE LEGAL: ARTIGOS 83, 84 E 89 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64;**

Registre-se, tendo em vista a Decisão Plenária nº 15/2020, que o processo de ordenação de despesas (TC 3983/2018), foi julgado regular, transitou em julgado e foi arquivado.

À consideração superior, e após, encaminhe-se os autos ao Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas, na forma regimental.

O NRC – Núcleo de Controle Externo de Recurso, através da **Instrução Técnica de Recurso 00356/2020-1** (peça 17), **acompanha** o entendimento técnico supracitado, por se tratar de matéria eminentemente contábil, concluindo pelo seguinte:

### **CONCLUSÃO**

Com base nos elementos aqui expostos, opina-se, no mérito, nos termos da **Manifestação Técnica 3555/2020-6**, exarada pelo NCONTAS, pelo seu **PROVIMENTO PARCIAL**, para reformar o Parecer Prévio 011/2020-4 com o fim de se reconhecer as seguintes irregularidades:

-Abertura de créditos suplementares em montante superior ao limite estabelecido na lei orçamentária anual (**sem o condão de macular as contas por si só**);

-Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei (**sem o condão de macular as contas por si só**);

-Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação pela exploração de petróleo e gás natural;

-Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (relação de restos a pagar, ativo financeiro, termo de verificação de caixa); e

-Não reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias relacionadas aos aposentados e pensionistas (**sem o condão de macular as contas por si só**).

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 05030/2021-4** (peça 21) da 2ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Luciano Vieira**, pugna pelo seguinte:

a) pelo **conhecimento** do recurso, nos termos dos arts. 152, inciso I, e 164 da LC n. 621/2012;

b) no mérito, pelo **total provimento** para **reformar** o v. Parecer Prévio 00011/2020-4 – 2ª Câmara no sentido de se **reconhecer nas condutas** dispostas nos itens **1.1** - Abertura de créditos suplementares em montante superior ao limite estabelecido na lei orçamentária anual, **1.2** - Utilização de recursos de compensação financeira pela Assinado digitalmente. Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br) Identificador: 15DBF-9EDA4-28464 exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei, **1.3** - Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação pela exploração de petróleo e gás natural, **1.4** - Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado no balanço patrimonial é

inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (relação de restos a pagar, ativo financeiro, termo de verificação de caixa) e **1.5** - Não reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias relacionadas aos aposentados e pensionistas sob responsabilidade do município a **prática de graves violações** à norma constitucional, legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, mantendo-se **recomendação** à Câmara Municipal de Colatina para a **rejeição** das contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de **2017**, sob a responsabilidade de **SERGIO MENEGUELLI**, na forma do art. 80, inciso III, da LC n. 621/2012 c/c art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, **sem prejuízo da expedição da recomendação** e das **determinações** propostas no Parecer do Ministério Público de Contas 05506/2019-2 do Processo TC-03744/2018-7.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando o **Relatório Técnico 00561/2018-4**, do **Processo 03744/2018-7**, destaco alguns aspectos que considero fundamentais para a análise:

- A Lei Orçamentária Anual do município, Lei 6371 / 2016, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 317.475.047,00** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 63.495.009,40**, conforme Artº 8º, I da LDO.

- Confrontando-se a **Receita Realizada** (R\$ 312.535.421,08) com a **Despesa Total Executada** (R\$ 316.490.624,09), constata-se um **Déficit Orçamentário** da ordem de **R\$ 3.955.203,01**. No entanto, o **superávit financeiro** de **R\$ 24.904.451,03** evidenciado no **exercício anterior** foi **suficiente** para a cobertura do déficit orçamentário do exercício em análise

- O Balanço Financeiro aponta que o **saldo em espécie** sofreu um **acréscimo** de **R\$ 3.449.698,15** passando de **R\$ 53.571.069,41** no início do exercício para **R\$ 57.020.767,56** no final do mesmo.

- Houve um **Superávit Financeiro** (Ativo Financeiro R\$ 57.671.616,43 – Passivo Financeiro R\$ 33.302.184,86), da ordem de **R\$ 24.369.431,57**, inferior ao **superávit** do ano de 2016 que foi da ordem de R\$ 24.904.451,03.

- O Balanço Patrimonial evidencia um resultado patrimonial acumulado **superavitário**, da ordem de **R\$ 189.065.299,55**, superior ao resultado do ano anterior da ordem de R\$ 178.713.467,82.

#### **LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:**

Dos levantamentos efetuados, restou constatado que o município em análise obteve, a título de **Receita Corrente Líquida – RCL**, no exercício de **2017**, o montante de **R\$ 301.008.698,02**.

O Poder Executivo realizou **despesa com pessoal** no montante de **R\$ 139.062.328,54**, resultando, desta forma, numa aplicação de **46,20%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício, **cumprindo** o limite de alerta de 48,60%, o limite prudencial de **51,30%**, e o limite legal de **54%**.

Os gastos com pessoal e encargos sociais **consolidados com o Poder Legislativo** foram da ordem de **R\$ 144.243.978,58**, ou seja, **47,92%** em relação à receita líquida, **cumprindo** o limite prudencial de **57%** e **cumprindo** o limite legal de **60%**.

A **Dívida Consolidada Líquida** da ordem de **R\$ 8.640.328,15**, **não extrapolou o limite** de 120% da **Receita Corrente Líquida**, estando, portanto, **de acordo** com o mandamento legal.

A contratação de operações de crédito, da ordem de **R\$ 6.026.996,59** **não extrapolou** o limite legal estabelecido e **não houve a concessão de garantias ou contra garantia de valores no exercício de 2017**.

#### **RENÚNCIA DE RECEITA**

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município, aprovadas para o exercício sob análise, constata-se a **inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita**.

#### **LIMITES CONSTITUCIONAIS**

O total aplicado em **ações e serviços públicos de saúde** foi de **R\$ 28.366.873,89**, após as deduções, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **21,22%**, **cumprindo** assim, o **limite mínimo** a ser aplicado na saúde de **15%**.

Foi apurado valor de **R\$ 42.095.161,10** dedicado ao pagamento dos profissionais do magistério, resultando em uma aplicação de **83,68%** da cota-parte recebida do **FUNDEB** (R\$ 50.303.189,14), **cumprindo** assim o **percentual mínimo** de **60,00%**.

O total **aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino** foi de **R\$ 44.780.507,05**, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **32,60%** **cumprindo** assim o **percentual mínimo** a ser aplicado de **25%**.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb concluiu pela **aprovação** das contas.

O Conselho Acompanhamento e Controle Social da Saúde concluiu pela **aprovação** das contas, no entanto pontuou duas ressalvas.

O Poder Executivo transferiu recursos (**R\$ 7.341.168,00**) ao Poder Legislativo, portanto, **abaixo** do limite permitido de **R\$ 8.588.339,94**.

### **Parecer do Controle Interno**

A documentação estabelecida na Instrução Normativa TC 43/2017 foi encaminhada, nos termos previstos pela regulamentação, sendo que **foram apontados indicativos de irregularidades**.

No entanto, uma vez que **o Chefe do Poder Executivo Municipal procedeu à realização do Concurso Público de nº 03 em 21/09/2017**, sugere a Área Técnica **RECOMENDAR** que o prefeito providencie a **adoção de medidas administrativas** necessárias a viabilizar a realização de **procedimentos de controle** necessários e **suficientes** a embasar o parecer técnico do controle interno do município de Colatina.

### **Monitoramento**



Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES **não** foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Existência de **conformidade** entre os demonstrativos contábeis, além de **observância** ao método das partidas dobradas.

**Não houve** execução orçamentária da despesa empenhada (R\$ 316.490.624,09) em valores superiores à **dotação atualizada** (R\$ 353.891.187,92) importando em uma execução da despesa em relação à dotação realizada da ordem de **R\$ 37.400.563,83**.

### **REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS**

A Lei Municipal 5.041/2004, revogou a Lei nº 5.010/2004, passando assim a vigorar a Lei 4.636/2000, que fixou os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, para vigor no mandato de 2001/2004, em **R\$ 5.700,00** e **R\$ 3.580,00**, respectivamente.

Ainda conforme o art. 3º da Lei 4.636/2000:

Art. 3º O subsídio do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito será reajustado anualmente, no mês de janeiro, pelo IPC/FIPE acumulado, observado o que dispõe a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

Da análise das fichas financeiras, referentes ao exercício de **2017**, restou verificado que o Prefeito e Vice-prefeito receberam, respectivamente, **R\$ 9.758,01** e **R\$ 5.285,46**, mensalmente a título de subsídio, **em conformidade** com o mandamento legal.

Passo agora a tecer uma breve análise dos indícios de irregularidades abordados pelo Ministério Público em sua exordial, desde já **divergindo parcialmente** com a Área Técnica e **divergindo integralmente** do *Parquet*.

## **2.1. ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM MONTANTE SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (ITEM 4.1.1.1 do RT 561/2018-4 e 2.1 da ITC 731/2019-7)**

**Base legal:** artigo 167, inciso V, da Constituição da República; artigos 42 e 85 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Verifica a Área Técnica que **foram abertos créditos adicionais** no montante de **R\$ 63.630.921,23** com base na autorização contida na Lei Orçamentária Anual (Lei 6371/2016), no entanto, **a autorização** da LOA era **R\$ 63.495.009,40**.

Entende a Área Técnica que **apesar da infringência legal**, arguida pelo *Parquet*, a **pouca significância** do montante **extrapolado**, sugere que o presente item seja relevado, **opinando** assim pela manutenção da presente irregularidade, porém no **campo da ressalva**.

Pois bem.

A Lei Orçamentária Anual do município, **Lei 6371 / 2016**, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 317.475.047,00** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 63.495.009,40**.

No entanto, o fato do gestor ter **executado** uma **Despesa Total** de **R\$ 316.490.624,09**, faz com que o presente indicativo **perca relevo**, não sendo possível a caracterização de **violação grave**, uma vez que **não há impacto** na despesa executada ou qualquer outra **repercussão nas finanças** do município, **muito pelo contrário**.

Sendo assim, **acompanhando** o entendimento da Área Técnica, **mantenho** o presente indicativo de irregularidade, mas no **campo da ressalva**.

## **2.2. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI. (ITEM 4.3.2.1.1 DO RT 561/2018-4 E 2.6 DA ITC 731/2019-7)**

**Base legal:** art. 8º da Lei Federal 7.990/89

Do balancete da execução orçamentária, verifica a Área Técnica que o município **aplicou** recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural **em fim vedado** por lei, infringindo o art. 8º da Lei Federal 7.990/89.

Mencionado requisito legal veda a aplicação de recursos em quadro permanente de pessoal, o que **não foi observado** pelo município, pois se verifica o **pagamento de despesas** relacionadas a **auxílio alimentação** a servidores municipais (339046, despesa empenhada de **R\$ 1.929.747,29**), passíveis de **devolução** à fonte de recursos nº 604, royalties do petróleo recebidos da união.

O gestor procedeu uma **interpretação equivocada** do Parecer/Consulta TC-011/2012 e, em exercício posterior **retornou o valor** à rubrica devida.

Destaca a Área Técnica que o gestor **recompôs os gastos** realizados com auxílio alimentação, **transferindo** à conta de royalties federais (8557-x BB) **o montante** de **R\$ 1.929.747,29**, na data de **21/07/2020**, conforme demonstrado no comprovante bancário anexado à peça complementar 18923/2020-7 (Doc. 10), **atenuando** assim, a **evidente infringência**.

Destaca que essa atuação do gestor **condiz com a exigência do MPEC** para que se expedisse **determinação** ao município de Colatina para fins de devolução dos recursos utilizados sem autorização legal.

Conclui que na prática, os prejuízos foram revertidos, motivo pelo qual entende que a irregularidade deva ser mantida, porém, **passível de ressalva**, sem prejuízo da expedição de **recomendação** ao gestor para que proceda a estrita observância, nos próximos exercícios, aos ditames da legislação pertinente.

Pois bem.

Assim como no item anterior, destaco que o montante da Despesa Executada pelo gestor (**R\$ 316.490.624,09**), inferior ao montante autorizado, sem os créditos adicionais (**R\$ 317.475.047,00**), torna evidente que o gestor **não pretendeu** descumprir o dispositivo legal.

Sendo assim, **acompanhando** o entendimento da Área Técnica, **mantenho** o presente indicativo de irregularidade, mas no **campo da ressalva**, destacando que a **recomendação é suficiente**.

### **2.3 INCONSISTÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (ITEM 4.3.2.1.2 DO RT 561/2018-4 E 2.7 DA ITC 731/2019-7)**

**Base legal:** artigos 89, 90, 91, 100, 101, 102, 103 e 105 da Lei 4320/1964.

Observa a Área Técnica, a partir do anexo ao balanço patrimonial, que a **fonte** de recursos **604** – Royalties do Petróleo, **iniciou** o exercício com **déficit financeiro** de **R\$ 974.160,76**, e **encerrou superavitária**, no montante de **R\$ 12.881,11**. Dos balancetes da execução orçamentária restou constatado que foram **recebidos** no exercício **R\$ 2.961.978,74** e **empenhados R\$ 2.949.407,55**. Em consulta ao **Termo de Verificação**, o mesmo apresenta o montante de **R\$ 329.186,18** em conta corrente, conforme se demonstra:

A **fonte** de recursos nº **604** **deveria encerrar** o exercício com **déficit** financeiro de **R\$ 961.589,57**, e **não com superávit R\$ 12.881,11**. Além disso, **existe saldo** em conta corrente no montante de **R\$ 223.034,60**, valor este **incompatível** com o **saldo apurado**.

De igual modo, a **fonte** de recursos **605** – Royalties do Petróleo, **605**, iniciou o exercício com **superávit** de **R\$ 320.194,98** e **encerrou deficitária** no valor de **R\$ - 337.906,36**. Dos balancetes da execução orçamentária restou constatado que foram **recebidos** no exercício **R\$ 2.889.284,30** e **empenhados R\$ 2.763.193,25**. Em consulta ao **Termo de Verificação**, apresenta o montante de **R\$ 862.270,64** em conta corrente.

A **fonte** de recursos nº **605** **deveria encerrar** o exercício com **superávit** financeiro de **R\$ 446.286,03**, e **não deficitário** em **R\$ 337.906,36**, conforme evidenciado. Além disso, o saldo em **conta bancária** é inconsistente com resultado financeiro, havendo restos a pagar em um montante de **950 mil reais**.

O gestor entende que se trata de uma **inconsistência** em registros contábeis que **poderá ser sanada** por meio de **retificação** de lançamentos contábeis.

A Área Técnica entende que a **pouca confiabilidade da informação** atacada no apontamento, também **dificulta o acesso aos dados contábeis corretos**, a qualquer interessado, e **em especial aos órgãos de controle**, como assevera o MPEC, **prejudicando a análise dos dados** componentes da Prestação de Contas do ente público. Nessa esteira de raciocínio, assevera que **o descontrole no registro** das informações contábeis **impossibilita ao gestor a comprovação da regular aplicação dos recursos**.

Diante do exposto, entende que fica evidente o potencial do apontamento, para induzir a tomadas de decisões do gestor com base em dados **desprovidos de fidedignidade**, bem como para **prejudicar o resultado** da análise das condições financeiras do ente, por qualquer interessado, seja um cidadão ou órgão de controle, opinando que seja **mantida a presente irregularidade**.

Pois bem

A **informação com pouca confiabilidade** ou o **descontrole** nos registros **pode prejudicar** o acompanhamento por parte de terceiros, mas **não passa despercebido** aos Órgãos de Controle, como **ficou evidente no presente caso**. No entanto, **avaliar essa inconsistência isolada do contexto geral** da prestação de contas, ao meu sentir, é **desproporcional e desarrazoado**.

Os indicadores de gestão apresentadas, de forma resumida, ao longo da minha fundamentação, **estão muito longe de sugerir descontrole**, basta comparar.

A Lei Orçamentária Anual do município, **Lei 6371 / 2016**, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 317.475.047,00** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 63.495.009,40** e o gestor executou uma **Despesa Total** de **R\$ 316.490.624,09**, isso é **controle** isso **não é grave, é gratificante, é edificante**.

O **Termo de verificação apresenta na conta bancária** um valor maior que o valor apurado, em **pouco mais de um milhão de reais**. Isso **não é controle**, mas está **longe de ser grave**, especialmente porque **está evidenciado**, pode ser **retificado**, e **está longe de ter vulto suficiente** para macular as contas em análise.

Sendo assim, **divergindo parcialmente** da Área Técnica, **mantenho** o presente indicativo de irregularidade, mas no **campo da ressalva**.

**2.4 RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADO NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR, ATIVO FINANCEIRO, TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA) (ITEM 6.1.1 DO RT 561/2018-4 E 2.8 DA ITC 731/2019-7)**

**Base legal:** artigos 83, 84 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64.

Com base no Balanço Patrimonial encaminhado (arquivo digital BALPAT), verificou-se incompatibilidade no resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado, conforme se demonstra:

Fonte de Recurso	Resultado Financeiro (R\$)	Disponibilidade Líquida de Caixa (R\$)
Saúde – Recursos Próprios	-24.765.896,07	70.183,19
Saúde - Recursos SUS	-3.275.576,53	6.322.457,27
Não vinculadas	34.077.720,31	4.532.308,56

O resultado acima é **inconsistente** com o apurado por este TCEES, por meio do Anexo 5 da RGF, **tabela 26** do relatório técnico 00561/2018-4, tendo como base o Termo de Verificação de Disponibilidades, Relação de Restos a Pagar e Demonstração da Dívida Flutuante. Embora o conceito utilizado na elaboração do Anexo 5 difira do utilizado na apuração do resultado financeiro, **foi possível identificar a incoerência**.

Cabe registrar que, nos termos do parágrafo único, do art. 8º, da Lei Complementar 101/00, os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Tabela 26):** Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar **R\$ 1,00**

Identificação dos recursos	Disp. de caixa bruta	Obrigações Financeiras				Dispon. Líquida antes do RP não liquid.	RP não Liq.	Dispon. Líquida
		RP Liq. Exerc. Ant.	RP Liq.	RP não Liq. Exerc. Ant.	Demais Obrig. Financ.*			
Saúde - Recursos próprios	1.661.819,34	0,00	1.027.827,09	0,00	412.944,20	221.048,05	150.864,86	70.183,19

Saúde - Recursos SUS	12.064.781,45	50.000,00	1.235.109,78	0,00	726.969,58	10.052.702,09	3.730.244,82	6.322.457,27
Saúde - Outros recursos	19.526,71	0,00	2.718,78	0,00		16.807,93	3.200,00	13.607,93
Educação - Recursos próprios - MDE	1.601.596,23	1.069,52	950.775,69	10.394,77	25.436,58	613.919,67	47.448,64	566.471,03
Educação - FUNDEB 60%	1.176.541,34	925,37	687.401,77	57.807,80	7.509,63	422.896,77	0,00	422.896,77
Educação - FUNDEB 40%	0,00	1.096,72	243.178,27	6.033,14		-250.308,13	34.246,13	-284.554,26
Educação - Recursos programas federais	1.203.940,63	0,00	176.533,29	72.002,54		955.404,80	286.034,06	669.370,74
Educação - Outros recursos	270.863,06	0,00	183.867,40	0,00	1.192,40	85.803,26	0,00	85.803,26
Demais vinculadas	19.032.063,41	6.927,51	1.580.740,16	1.555.496,63		15.888.899,11	5.330.051,82	10.558.847,29
Não vinculadas	19.989.635,39	56.693,31	2.954.857,40	174.234,57	8.000.548,42	8.803.301,69	4.270.993,13	4.532.308,56
<b>Subtotal</b>	<b>57.020.767,56</b>	<b>116.712,43</b>	<b>9.043.009,63</b>	<b>1.875.969,45</b>	<b>9.174.600,81</b>	<b>36.810.475,24</b>	<b>13.853.083,46</b>	<b>22.957.391,78</b>
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>57.020.767,56</b>	<b>116.712,43</b>	<b>9.043.009,63</b>	<b>1.875.969,45</b>	<b>9.174.600,81</b>	<b>36.810.475,24</b>	<b>13.853.083,46</b>	<b>22.957.391,78</b>

**Demais Obrig. Financ.:**

Demais Obrigações a Curto Prazo: Saúde - Recursos SUS R\$ 685.593,59 e Não vinculadas R\$ 7.930.893,11.  
DEA: Educação MDE R\$25.436,58, Educação - FUNDEB 60% R\$7.509,63, Educação - Outros recursos R\$1.192,40, Saúde - Recursos próprios R\$412.944,20 e Saúde - Recursos SUS R\$41.375,99.

Em apertada síntese, alega o gestor que a inconsistência em questão **não possui natureza grave**, tendo em vista que refere-se à comparação entre os valores evidenciados no anexo 5 do RGF e os demonstrados no anexo de disponibilidades do Balanço Patrimonial. Afirma que a origem das inconsistências está relacionada a movimentações de recursos acumulados de exercícios anteriores em fontes indevidas, refletindo no exercício de 2017. Também argumenta que inconsistência apontada **não causou divergência nas disponibilidades de caixa da prefeitura**.

A Área Técnica destaca que a Lei Federal 4.320/64, em seu art. 83, dispõe sobre a **necessidade de ser observado** pela administração pública os aspectos contábeis pertinentes à **evidenciação dos atos de registro** que de qualquer modo arrecadem receitas ou efetuem despesas.

Destaca também a Lei Complementar 101/2000 que, em seu art. 1º, § 1º, dispõe sobre a noção de **responsabilidade fiscal** pela qual o administrador público deverá zelar quando da **gestão de recursos públicos**, buscando iniciativas que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Além do que, ressalta que a mesma Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) determinou em seu art. 8º, parágrafo único, que os **recursos legamente vinculados** a finalidade específica deverão ser **utilizados**

**exclusivamente** para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. O que significa dizer que, já no ano de 2000, a legislação federal **tornou obrigatório** que determinadas fontes de recursos só pudessem ser consumidas por objetos cujo financiamento **estivessem a ela vinculados**, possibilitando assim a identificação da origem dos recursos utilizados em certos gastos públicos, **ampliando sua transparência**.

Assevera que tal determinação foi ampliada na esteira das modificações introduzidas nas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, passando-se a exigir o controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos desde a elaboração do orçamento até a sua execução.

Lembra a exigência de que o próprio **Balço Patrimonial evidenciasse** por meio do quadro demonstrativo do superávit/déficit financeiro, o resultado financeiro do exercício (Ativo financeiro-Passivo financeiro) agrupado por fontes de recursos.

Lembra também que se tornou imprescindível que os entes públicos **não medissem esforços** a fim de se adaptarem às novas Normas Contábeis, pois se o registro e a administração dos recursos **não estiverem sob um controle técnico rígido e transparente, a eficiência das finalidades a serem alcançadas pelo ente público fica comprometida**, tendo em vista que decisões administrativas para execução de programas orçamentários necessitam estar balizadas **em dados exatos** para que os recursos demandados sejam suficientes ao atendimento das despesas criadas.

Para além disso, lembra por fim que a **pouca confiabilidade da informação atacada** no apontamento, **dificulta o acesso** aos dados contábeis corretos, a qualquer interessado, e **em especial aos órgãos de controle**, como assevera o MPEC, **prejudicando a análise** dos dados componentes da Prestação de Contas do ente público. Assim, o **descontrole dos registros contábeis impossibilita** ao gestor a **comprovação da regular aplicação dos recursos**.

Diante do exposto, assevera **que fica evidente o potencial do apontamento**, para induzir a tomadas de decisões do gestor e demais interessados, bem como o órgão fiscalizador (TCEES) com base **em dados desprovidos de fidedignidade, prejudicando o resultado da análise** das condições financeiras do ente. Nesse sentido, **opina por manter a irregularidade do item**.



Pois bem.

Todos os dispositivos legais elencados pela Área Técnica, em especial as Normas Contábeis, contemplam e admitem que **“inconsistência em registros contábeis poderá ser sanada por meio de retificação de lançamentos contábeis”**.

O fato da irregularidade ter sido apontada é uma demonstração que a **pouca confiabilidade da informação atacada** no apontamento, pode **dificultar o acesso** aos dados contábeis corretos, a qualquer interessado, mas **não escapa**, pelo menos em tese, **aos órgãos de controle**,

Demais disso, o **valor apurado** na fonte de recursos não vinculados da ordem de **R\$ 34.077.720,31**, quando confrontado com o valor apontado na tabela 26, da ordem de R\$ 4.532.308,56, demonstra que assiste razão ao gestor quando alega que **“a inconsistência apontada não causou divergência nas disponibilidades de caixa da prefeitura**. Além do que, considerando o **contexto geral** da prestação de contas, o presente item **perde relevo**.

Sendo assim, **divergindo parcialmente** da Área Técnica, **mantenho** o presente indicativo de irregularidade, mas no **campo da ressalva**.

## **2.5 NÃO RECONHECIMENTO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS RELACIONADAS AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (ITEM 6.1.2 DO RT 561/2018-4 E 2.9 DA ITC 731/2019-7)**

**Base legal:** Normas Brasileiras de Contabilidade.

Verifica a Área Técnica, a partir de declaração efetuada pelo prefeito, bem como relação de beneficiários (arquivo DECINAT), que o município faz o **custeio de aposentadorias e pensões** pertinentes à previdência municipal.

O município **não possui RPPS** cadastrado no sistema CidadES, mas **arcou com as despesas previdenciárias** pertinentes a servidores municipais.

Entretanto, **não há reconhecimento contábil** no passivo não circulante do município, nas rubricas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, do

valor pertinente à reserva matemática previdenciária, o que **contraria as normas contábeis** em vigor.

Informa o gestor que, por lapso e em meio às novas exigências do PCASP, **não houve remessa** de informações do Setor de Recursos Humanos para que **fosse feito o devido registro contábil** dessas provisões matemáticas previdenciárias relativo ao pagamento a aposentados e pensionistas previsto na lei 2.535/1973.

Contudo, informa que **foi protocolado** sob nº 1814/2019, da Prefeitura Municipal de Colatina, a **solicitação de contratação de empresa para elaboração do cálculo atuarial** dos beneficiários.

Observa a Área Técnica, pelo nº do protocolo que **apenas em 2019** foi **solicitada a contratação** de empresa para a realização do cálculo atuarial.

No entanto, uma vez **demonstrada a intenção do gestor em regularizar** o registro contábil a partir da PCA de 2019; o fato de que em casos semelhantes esta Corte de Contas vem adotando o **entendimento** de manter a irregularidade no campo da **ressalva**, com **recomendações** aos gestores pela observância dos critérios de reconhecimento das provisões matemáticas nos registros contábeis; o fato de que **não foram evidenciados prejuízos ao erário**, mas sim quanto à **transparência** das informações específicas da provisão matemática, opina a Área Técnica pela **manutenção da irregularidade no campo da ressalva**.

Sendo assim, **acompanhando** o entendimento da Área Técnica, **mantenho** o presente indicativo de irregularidade, mas no **campo da ressalva**.

- **Recurso de Reconsideração do Sr. Sérgio Meneguelli**

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. **Sergio Meneguelli**, em face do **Parecer Prévio nº 00011/2020-4 – 2ª Câmara**, proferido no bojo do **Processo TC 03744/2018-7**, recomendando a **REJEIÇÃO** do Executivo Municipal de **Colatina**, referente ao exercício de **2017**, de responsabilidade do autor.

O presente recurso é **CONHECIDO**, nos termos da **Decisão Monocrática 00404/2020-5** (peça 58), sendo enviado ao Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas para regular instrução.

Por se tratar de matéria eminentemente **contábil**, o processo é encaminhado nos termos do **Despacho 18452/2020-1** (peça 59) ao **NCONTAS** – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade que, através da **Manifestação Técnica 01953/2020-4** (peça 60), opinou pelo seguinte:

#### 1. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Foi examinado o aspecto técnico-contábil do **Recurso de Reconsideração** interposto pelo **Sr. Sérgio Meneguelli** em face do Parecer Prévio 00011/2020.

Nos termos gravados nesta Manifestação Técnica, mais especificamente nos **itens 2.1 e 2.3**, vimos sugerir o **conhecimento** do recurso para, no mérito, **dar provimento parcial** e **afastar** os indicativos de irregularidade apontados nos **itens 4.1.1.2 e 4.1.1.5 do RT 561/2018 (itens 2.2 e 2.5 da ITC 731/2019, respectivamente)**.

Quanto ao **item 2.2** desta MT (*abertura de crédito adicional suplementar sem a autorização legislativa correspondente – item 4.1.1.4 do RT 561/2018 e 2.4 da ITC 731/2019*), sugerimos a **manutenção** da irregularidade, porém, com a indicação de que os efeitos da mesma sejam mitigados, ou seja, tal irregularidade, por si só, não é suficiente para macular a integralidade das contas do gestor e, assim, sugere-se recomendar ao Poder Legislativo a **aprovação com ressalva** da Prestação de Contas Anual, com fulcro no art. 80 da Lei Complementar 621/2012.

Cumpre-nos informar que o recorrente manifestou interesse em utilizar seu direito à **sustentação oral** quando da apreciação destes autos.

Por fim, propomos o envio do processo ao NRC para prosseguimento do feito, na forma regimental.

O NRC – Núcleo de Controle Externo de Recurso, através da **Instrução Técnica de Recurso 00180/2020-8** (peça 62), **acompanha** o entendimento técnico supracitado, por se tratar de matéria eminentemente contábil, concluindo pelo seguinte:

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos requisitos de admissibilidade, sugere-se o **CONHECIMENTO** do presente recurso.

Relativamente ao mérito, nos termos da **Manifestação Técnica 1953/2020-4**, exarada pelo NCONTAS, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do presente recurso, **afastando-se** os indicativos de irregularidade apontados nos **itens 4.1.1.2 e 4.1.1.5 do RT 561/2018 (itens 2.2 e 2.5 da ITC 731/2019, respectivamente)**.

Quanto ao **item 2.2** desta MT (*abertura de crédito adicional suplementar sem a autorização legislativa correspondente – item 4.1.1.4 do RT 561/2018 e 2.4 da ITC 731/2019*), sugerimos a **manutenção** da irregularidade, porém, com a indicação de que os efeitos da mesma sejam mitigados, ou seja, tal

irregularidade, por si só, não é suficiente para macular a integralidade das contas do gestor e, assim, sugere-se recomendar ao Poder Legislativo a **aprovação com ressalva** da Prestação de Contas Anual, com fulcro no art. 80 da Lei Complementar 621/2012.

Nos termos do **Despacho 35561/2020-8** (peça 66), o Ministério Público de Contas **requer o apensamento** dos presentes autos aos autos do processo de Prestação de Contas Anual **TC 03744/2018-7**, ao qual **está apensado o processo TC 03307/2020-7**, que cuida de **recurso de reconsideração** interposto pelo próprio *Parquet* de Contas.

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 05042/2021-7** (peça 70) da 2ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Luciano Vieira**, oficia pelo **conhecimento e provimento parcial** do recurso de reconsideração para **afastar** a infração capitulada nos itens 4.1.1.2 e 4.1.1.5 do Relatório Técnico TC-00561/2018-2, **mantendo-se**, contudo, **recomendação** à Câmara Municipal de Colatina para **rejeição** das contas do Executivo Municipal referente ao exercício de **2017**.

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Compulsando o **Relatório Técnico 00561/2018-4**, do **Processo 03744/2018-7**, destaco alguns aspectos que considero fundamentais para a análise:

- A Lei Orçamentária Anual do município, Lei 6371 / 2016, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 317.475.047,00** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 63.495.009,40**, conforme Artº 8º, I da LDO.

- Confrontando-se a **Receita Realizada** (R\$ 312.535.421,08) com a **Despesa Total Executada** (R\$ 316.490.624,09), constata-se um **Déficit Orçamentário** da ordem de **R\$ 3.955.203,01**. No entanto, o **superávit financeiro** de **R\$ 24.904.451,03** evidenciado no **exercício anterior** foi **suficiente** para a cobertura do déficit orçamentário do exercício em análise

- O Balanço Financeiro aponta que o **saldo em espécie** sofreu um **acréscimo** de **R\$ 3.449.698,15** passando de **R\$ 53.571.069,41** no início do exercício para **R\$ 57.020.767,56** no final do mesmo.

- Houve um **Superávit Financeiro** (Ativo Financeiro R\$ 57.671.616,43 – Passivo Financeiro R\$ 33.302.184,86), da ordem de **R\$ 24.369.431,57**, inferior ao **superávit** do ano de 2016 que foi da ordem de R\$ 24.904.451,03.
- O Balanço Patrimonial evidencia um resultado patrimonial acumulado **superavitário**, da ordem de **R\$ 189.065.299,55**, superior ao resultado do ano anterior da ordem de R\$ 178.713.467,82.

### **LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:**

Dos levantamentos efetuados, restou constatado que o município em análise obteve, a título de **Receita Corrente Líquida – RCL**, no exercício de **2017**, o montante de **R\$ 301.008.698,02**.

O Poder Executivo realizou **despesa com pessoal** no montante de **R\$ 139.062.328,54**, resultando, desta forma, numa aplicação de **46,20%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício, **cumprindo** o limite de alerta de 48,60%, o limite prudencial de **51,30%**, e o limite legal de **54%**.

Os gastos com pessoal e encargos sociais **consolidados com o Poder Legislativo** foram da ordem de **R\$ 144.243.978,58**, ou seja, **47,92%** em relação à receita líquida, **cumprindo** o limite prudencial de **57%** e **cumprindo** o limite legal de **60%**.

A **Dívida Consolidada Líquida** da ordem de **R\$ 8.640.328,15**, **não extrapolou o limite** de 120% da **Receita Corrente Líquida**, estando, portanto, **de acordo** com o mandamento legal.

A contratação de operações de crédito, da ordem de **R\$ 6.026.996,59** **não extrapolou** o limite legal estabelecido e **não houve a concessão de garantias ou contra garantia de valores no exercício de 2017**.

### **RENÚNCIA DE RECEITA**

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município, aprovadas para o exercício sob análise, constata-se a **inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita.**

## **LIMITES CONSTITUCIONAIS**

O total aplicado em **ações e serviços públicos de saúde** foi de **R\$ 28.366.873,89**, após as deduções, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **21,22%**, **cumprindo** assim, o **limite mínimo** a ser aplicado na saúde de **15%**.

Foi apurado valor de **R\$ 42.095.161,10** dedicado ao pagamento dos profissionais do magistério, resultando em uma aplicação de **83,68%** da cota-parte recebida do **FUNDEB** (R\$ 50.303.189,14), **cumprindo** assim o **percentual mínimo** de **60,00%**.

O total **aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino** foi de **R\$ 44.780.507,05**, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **32,60%** **cumprindo** assim o **percentual mínimo** a ser aplicado de **25%**.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb concluiu pela **aprovação** das contas.

O Conselho Acompanhamento e Controle Social da Saúde concluiu pela **aprovação** das contas, no entanto pontuou duas ressalvas.

O Poder Executivo transferiu recursos (**R\$ 7.341.168,00**) ao Poder Legislativo, portanto, **abaixo** do limite permitido de **R\$ 8.588.339,94**.

## **Parecer do Controle Interno**

A documentação estabelecida na Instrução Normativa TC 43/2017 foi encaminhada, nos termos previstos pela regulamentação, sendo que **foram apontados indicativos de irregularidades.**

No entanto, uma vez que o **Chefe do Poder Executivo Municipal procedeu à realização do Concurso Público de nº 03 em 21/09/2017**, sugere a Área Técnica **RECOMENDAR** que o prefeito providencie a **adoção de medidas administrativas**

necessárias a viabilizar a realização de **procedimentos de controle** necessários e **suficientes** a embasar o parecer técnico do controle interno do município de Colatina.

### **Monitoramento**

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES **não** foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Existência de **conformidade** entre os demonstrativos contábeis, além de **observância** ao método das partidas dobradas.

**Não houve** execução orçamentária da despesa empenhada (R\$ 316.490.624,09) em valores superiores à **dotação atualizada** (R\$ 353.891.187,92) importando em uma execução da despesa em relação à dotação realizada da ordem de **R\$ 37.400.563,83**.

### **REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS**

A Lei Municipal 5.041/2004, revogou a Lei nº 5.010/2004, passando assim a vigorar a Lei 4.636/2000, que fixou os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, para vigor no mandato de 2001/2004, em **R\$ 5.700,00** e **R\$ 3.580,00**, respectivamente.

Ainda conforme o art. 3º da Lei 4.636/2000:

Art. 3º O subsídio do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito será reajustado anualmente, no mês de janeiro, pelo IPC/FIPE acumulado, observado o que dispõe a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

Da análise das fichas financeiras, referentes ao exercício de **2017**, restou verificado que o Prefeito e Vice-prefeito receberam, respectivamente, **R\$ 9.758,01** e **R\$ 5.285,46**, mensalmente a título de subsídio, **em conformidade** com o mandamento legal.

Passo agora a tecer uma breve análise dos indícios de irregularidades abordados pela Área Técnica, de forma conjunta, uma vez que **todas cuidam basicamente do mesmo tema:**

### **2.1 Abertura de crédito especial sem a autorização legislativa correspondente (item 4.1.1.2 do RT 561/2018 e 2.2 da ITC 731/2019).**

A presente irregularidade trata da abertura de **crédito adicional especial**, no montante de **R\$ 2.646.629,61**, **sem a correspondente autorização legislativa.**

A defesa defende a tese de **que todos os créditos adicionais abertos** com base nas leis apontadas na inicial **eram**, na verdade, **suplementares** e não especiais.

Considera a Área Técnica que **não se vislumbrou a abertura de créditos adicionais especiais sem a devida autorização legislativa**, aceita as alegações do recorrente e, nesse sentido, opina pelo **afastamento** do presente indicativo de irregularidade.

### **2.2 Abertura de crédito adicional suplementar sem a correspondente autorização legislativa (item 4.1.1.4 do RT 561/2018 e 2.4 do ITC 731/2019).**

A presente irregularidade trata da abertura de **créditos adicionais suplementares** tendo como autorização legislativa os dispositivos contidos na LDO (Lei Municipal 6.330/2016), no montante de **R\$ 9.827.327,75**, bem como na lei municipal 6.459/2017 que autorizou um montante de **R\$ 3.000.000,00** (três milhões de reais), sendo que foram efetivamente abertos **R\$ 3.225.671,06** com base na referida lei.

Em apertada síntese, alega a defesa que os respectivos créditos foram abertos com base na LDO, no montante de **R\$ 9.827.327,75**, tratavam, na verdade, de movimentações de créditos orçamentários, cujo fundamento estava disposto no artigo 23, § 1º, da LDO.



Também em apertada síntese, considera a Área Técnica que **não ficou caracterizado a abertura de créditos adicionais suplementares com base na LDO**; uma vez que **houve a abertura de créditos adicionais suplementares com base na Lei 6.459/2017** em montante superior ao autorizado (**R\$ 225.671,06**). Assim, entende que **as alegações** da defesa **não merecem prosperar**, opinando pela **manutenção** do presente indicativo de irregularidade.

Entretanto, considerando **o baixo potencial ofensivo** da irregularidade apontada e, ainda, o posicionamento deste TCEES em relação a estas situações, **opina** pela **mitigação** dos efeitos da **irregularidade mantida**, no sentido de que sejam **ressalvadas as contas do recorrente**, caso **não haja outras irregularidades de natureza mais grave**.

### **2.3 Abertura de crédito adicional suplementar sem a existência do excesso de arrecadação correspondente (item 4.1.1.5 do RT 561/2018 e 2.5 do ITC 731/2019).**

A presente irregularidade está assentada no fato de que **foram abertos créditos adicionais com base em excesso de arrecadação inexistente**. De acordo com a inicial, foram abertos créditos adicionais, com lastro no excesso de arrecadação, no montante de **R\$ 8.035.615,32**. No entanto, do confronto entre as receitas orçadas e as receitas realizadas, o TCEES, conforme consta do BALORC, apurou uma **insuficiência de arrecadação** de **R\$ 13.510.859,19**.

A defesa, em síntese, aduziu que **a verificação** do excesso ou da insuficiência de arrecadação **deveria ser apurada** mediante o confronto da previsão inicial contra a receita realizada, **sendo que o TCEES utilizou a previsão atualizada** no lugar da previsão inicial.

Concorda a Área Técnica que, **caso seja aplicada a mesma metodologia da época** ao caso concreto, verifica-se que **o excesso de arrecadação corrente já seria suficiente** para cobrir os créditos abertos, independentemente das fontes envolvidas.

Face o todo exposto e, considerando que **o recorrente comprovou que havia excesso de arrecadação suficiente** para cobrir os créditos abertos no período; considerando a existência de excesso de arrecadação corrente suficiente para cobrir os créditos, **na forma da metodologia aplicada à época**; a Área Técnica **aceita as alegações de defesa** e, nesse sentido, opina pelo **afastamento** do presente indicativo de irregularidade.

Pois bem.

Não tenho como justo **macular** as contas de gestores que tenham apresentado **bons indicadores** de gestão, **cumprido limites** legais e constitucionais e, eventualmente, **incorrido em irregularidades** meramente formais, **sem qualquer repercussão no erário**.

Acerca das irregularidades supracitadas, entendo que elas **perdem relevo** quando confrontamos com **alguns aspectos** destacados ao longo da minha fundamentação, a saber:

- A Lei Orçamentária Anual do município, Lei 6371 / 2016, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 317.475.047,00** para o exercício em análise, admitindo a **abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 63.495.009,40**, conforme Artº 8º, I da LDO.

Apesar dessa autorização, e uma **Receita Realizada** de **R\$ 312.535.421,08**, o gestor **executou** uma **Despesa Total** de **R\$ 316.490.624,09**, **suprindo** o conseqüente **Déficit Orçamentário** de **R\$ 3.955.203,01** com o **superávit financeiro** de **R\$ 24.904.451,03** evidenciado no **exercício anterior**.

Diante de todo o exposto, **acompanho** o entendimento da Área Técnica em face dos três indicativos de irregularidades ora analisados, **divergindo do Parquet**.

### III. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante todo o exposto, observados todos os trâmites legais, **divergindo parcialmente do entendimento** exarado pela Área Técnica e **divergindo integralmente** do

entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas em relação do Recurso de Reconsideração do Ministério Público de Contas e **concordando integralmente** com a Área Técnica e **divergindo parcialmente** do entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas, em relação do Recurso de Reconsideração do Recurso de Reconsideração do Sr. Sérgio Meneguelli, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Acórdão que submeto à sua consideração.

## **SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Conselheiro Relator

### **1. PARECER PRÉVIO TC-116/2021:**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas, em:

Em relação ao Recurso de Reconsideração do Ministério Público de Contas, **Processo TC 03307/2020:**

**1.1. CONHECER** o presente **Recurso de Reconsideração** apresentado por atender aos pressupostos de admissibilidade;

**1.2. NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Reconsideração e:

**1.2.1. Manter** os seguintes indícios de irregularidades no campo da **ressalva:**

**1.2.1.1.** Abertura de créditos suplementares em montante superior ao limite estabelecido na lei orçamentária anual;

**1.2.1.2.** Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei;

**1.2.1.3.** Inconsistência na movimentação financeira dos valores recebidos a título de compensação pela exploração de petróleo e gás natural;

**1.2.1.4.** Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (relação de restos a pagar, ativo financeiro, termo de verificação de caixa); e

**1.2.1.5.** Não reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias relacionadas aos aposentados e pensionistas.

Em relação ao Recurso de Reconsideração do Sérgio Meneguelli, **Processo TC 02230/2020**:

**1.3. CONHECER** o presente **Recurso de Reconsideração** apresentado por atender aos pressupostos de admissibilidade;

**1.4. DAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Reconsideração e:

**1.4.1. Afastar** os seguintes indícios de irregularidades:

**1.4.1.1.** Abertura de crédito especial sem a autorização legislativa correspondente (item 4.1.1.2 do RT 561/2018 e 2.2 da ITC 731/2019);

**1.4.1.2.** Abertura de crédito adicional suplementar sem a existência do excesso de arrecadação correspondente (item 4.1.1.5 do RT 561/2018 e 2.5 do ITC 731/2019);

**1.4.2. Manter** o seguinte indício de irregularidade no campo da **ressalva, sem o condão de macular** as contas em análise:

**1.4.2.1.** Abertura de crédito adicional suplementar sem a correspondente autorização legislativa (item 4.1.1.4 do RT 561/2018 e 2.4 do ITC 731/2019).

Assim sendo, analisando os recursos interpostos pelos recorrentes, o Parecer Prévio deverá ter a seguinte redação:

**1.3** Emitir **PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal de Colatina que seja **APROVADA COM RESSALVAS** a **Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Colatina, exercício de 2017**, sob a responsabilidade do Sr. **Sergio Meneguelli**, nos termos do artigo 80 incisos II, da Lei Complementar 621/2012, bem como do artigo 132 inciso II, da Resolução TCEES 261/2013.

**1.4 Determinar** ao atual gestor ou a quem vier sucedê-lo que tome providências para garantir o atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, efetuando o devido reconhecimento contábil pertinente às provisões matemáticas previdenciárias relacionadas aos aposentados e pensionistas sob responsabilidade do município.

**1.5 Recomendar** ao Poder Executivo Municipal que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo parecer prévio, na forma do art. 48 da LRF.

**1.6 Arquivar** os autos após o trânsito em julgado.

**2.** Unânime.

**3.** Data da Sessão: 09/12/2021 - 64ª Sessão Ordinária do Plenário.

**4.** Especificação do quórum:

**4.1.** Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Domingos Augusto Taufner, Sérgio Manoel Nader Borges e Rodrigo Coelho do Carmo.

**4.2.** Conselheiro substituto: Marco Antonio da Silva (em substituição).

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

**Presidente**

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

**Relator**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA

**Em substituição**

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANÁSTÁCIO DA SILVA

**Procurador-geral**

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

**Secretário-geral das Sessões**